autorização de remoção em manejo arbóreo com laudo interno

Despacho deferido

Interessados: BFIT CLEMENTINO LTDA

DESPACHO: Em atendimento à Lei Municipal nº 17.794/22, artigo 14 e diante do exposto em laudo técnico elaborado por profissional competente 149176095 com emissão de ART, **AUTORIZO** e dou publicidade da **remoção por corte** de 01(uma) Cheflera localizado(s) em área interna particular sito à Rua Leandro Dupret, 1029, SP. Como medida compensatória o interessado deverá realizar o plantio de 01(uma) muda(s) DAP maior ou igual a 5 (cinco) cm, pequeno porte no interior do imóvel, espécie constante da (Lista de espécies arbóreas nativas do Município de São Paulo, anexa da Portaria 26/SVMA/2024 de 29/04/2024) , num prazo de até 30 dias após a remoção por corte, com posterior apresentação de fotos comprobatórias à SUB-VM/CPO/STLP. O descarte dos resíduos gerados deverá estar em conformidade com a legislação vigente sob pena de aplicação de sanções cabíveis e multa. A presente autorização terá validade por 90 (noventa dias).

UNIDADE DE PROCESSOS DO PROGRAMA TÔ LEGAL

Despacho deferido | Documento: 161785517

A vista do contido no 6059.2026/0007914-4 - FATIMA MARIANE GABI MARTINS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio Porta a Porta nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785597

A vista do contido no 6059.2026/0007915-2 - DEISI MARIA URCIOLI DE BARROS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785641

A vista do contido no 6059.2026/0007917-9 - DEIVIS CONSTANTINO COAQUIRA HUANCA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785684

A vista do contido no 6059.2026/0007916-0 - GABRIEL MEDEIROS ALVARENGA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785735

A vista do contido no 6059.2026/0007918-7 - MARIA DE FATIMA DA SILVA LACERDA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785759

A vista do contido no 6059.2026/0007919-5 - DEISI MARIA URCIOLI DE BARROS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161785929

A vista do contido no 6059.2026/0007920-9 - LM PENSAO LTDA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161786075

A vista do contido no 6059.2026/0007922-5 - EDSON HERNAN COAQUIRA HUANCA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Despacho deferido | Documento: 161786093

A vista do contido no 6059.2026/0007921-7 - ROBERTO GOMES DE ARAUJO - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

Subprefeitura da Vila Prudente

Subprefeita: Elisete Aparecida Mesquita
Av. do Oratório, 172 - Vila Prudente - São Paulo - 03220-000 -
(11) 3397- 0800
E-MAIL: vilaprudentegabineteexp@smsub.prefeitura.sp.gov.br

GABINETE DO SUBPREFEITO

Ata | Documento: 161789268

São Paulo, 27 de julho de 2026.

ATA DA 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE VILA PRUDENTE E PARQUE SÃO LUCAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Aos vinte dias do mês de julho de 2026, às 19:30 horas, horário de Brasília, reuniu-se, em segunda chamada, o CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE VILA PRUDENTE E PARQUE SÃO LUCAS, no auditório da Subprefeitura de Vila Prudente, localizado na Avenida do Oratório, no 172, Vila Prudente, São Paulo/SP, nos termos da Lei Municipal no 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal no 59.023/2019 e pela Portaria no 002/PREF/CC/SERS/2020, para a realização da 18a Reunião Plenária Ordinária, sob a coordenação do Conselheiro Ivani de Oliveira Rosente.

2. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E PRESENÇAS

Verificou-se o quórum, constatando-se a presença de 11 (onze) Conselheiros(as), bem como do interlocutor do Conselho Participativo Municipal de Vila Prudente e Parque São Lucas, conforme relação abaixo:

Função	Nome	Presente	Ausente
Conselheira	Alaide Pereira da Silva	X	
Conselheira	Catia Alves da Silva	X	
Conselheira (Secretária)	Deyse Flavia do Nascimento	X	

Conselheira	Erica dos Santos	X	
Conselheiro	Francisco Castro Rodrigues	X	
Conselheiro (Coordenador)	Ivani de Oliveira Rosente	X	
Conselheiro	Rogerio Bueno de Lima	X	
Conselheira	Rosangela Correa	X	
Conselheira (Secr.adjunta)	Sueli Jacondino de Oliveira	X	
Conselheiro	Thiago Catalani de Paula	X	
Conselheiro	Willian Amâncio dos Santos	X	
Interlocutor	Douglas Felix	X	

3. PAUTA DA REUNIÃO

1) Abertura da reunião;

2) Apresentação das autoridades presentes;

3) Abertura da palavra às autoridades presentes;

4) Eleição da nova Mesa Diretora do CPM-VP — Coordenação, Secretaria-Geral e Secretaria-Adjunta;

5) Definição e formação de Grupos Temáticos de Trabalho de Conselheiros(as) do CPM-VP;

6) Definição da sistemática para acompanhamento das obras indicadas pelo CPM-VP;

7) Abertura da palavra aos munícipes e Conselheiros(as);

8) Outros assuntos pertinentes ao CPM-VP;

9) Encerramento.

4. ABERTURA DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO DO INTERLOCUTOR

O Coordenador Ivani de Oliveira Rosente saudou os presentes e declarou iniciados os trabalhos. Na sequência, foi aberta a palavra à autoridade e ao representante presente, o interlocutor Douglas Félix, Chefe de Gabinete da Subprefeitura de Vila Prudente e São Lucas, que cumprimentou o Pleno e prestou esclarecimentos acerca da sistemática de votação destinada à composição da Mesa Diretora.

5. ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

5.1. Esclarecimentos regimentais

Antes do início da eleição, foram discutidas as condições regimentais aplicáveis às candidaturas e à votação. O Coordenador Ivani Rosente e a Conselheira Rosangela Correa debateram as regras pertinentes. O interlocutor Douglas Félix informou que disponibilizaria aos presentes o Regimento Interno e a legislação impressa, complementando os esclarecimentos.

Com a concordância de todos, ficou ajustado que seria realizada, inicialmente, a eleição para a Coordenação e, posteriormente, a eleição para a Secretaria do Conselho, sendo o candidato mais votado eleito Secretário e o segundo mais votado, Secretário-Adjunto.

5.2. Eleição para a Coordenação

Foi apresentada a candidatura da Conselheira Sueli Jacondino de Oliveira à Coordenação. Ao se manifestar perante o Pleno, Sueli afirmou que colocou seu nome à disposição após diálogo com os demais Conselheiros e diante da necessidade de aprimorar o fluxo de informações, as devolutivas e a gestão administrativa do Conselho.

Apresentou como proposta uma gestão compartilhada, com maior participação dos Conselheiros na condução das reuniões, divisão de responsabilidades, estudo das normas e fortalecimento da funcionalidade institucional do CPM. Ressaltou que o objetivo não seria centralizar o uso da palavra ou as ações, mas fazer o Conselho avançar nos meses úteis restantes, especialmente mediante o envio de ofícios, o acompanhamento das demandas e a organização administrativa.

A conselheira Sueli Jacondino reconheceu a importância dos diferentes perfis e das contribuições das coordenações anteriores, inclusive dos trabalhos desenvolvidos por Catia Alves e Ivani Rosente, esclarecendo que sua proposta buscava imprimir uma nova dinâmica, corrigir falhas coletivamente e afastar questões de caráter pessoal, mantendo como finalidade comum a defesa dos interesses da população.

Iniciada a votação secreta , o Coordenador Ivani Rosente convidou dois munícipes presentes na reunião para que acompanhassem a votação e procedessem a apuração dos votos. Apresentaram-se os Srs Adriano e João. Finalizada a votação, Adriano conferiu pessoalmente a existência de 11 (onze) cédulas, em número correspondente ao total de Conselheiros presentes. Encerrada a votação e concluída a apuração, foi proclamado o seguinte resultado:

Resultado	Quantidade
Votos em Sueli Jacondino de Oliveira	07

Votos em branco	03
Votos Nulos	01

Diante do resultado, a Conselheira Sueli Jacondino de Oliveira foi eleita Coordenadora.

5.3. Eleição para a Secretario (a) e a Secretario (a)-Adjunto (a)

Para a composição da Secretaria, foram apresentadas as candidaturas da Conselheira Rosangela Correa (Rose) e do Conselheiro Thiago Catalani. Participaram da votação os Conselheiros presentes, tendo o munícipe Adriano acompanhado a apuração. Encerrada a votação, foi proclamado o seguinte resultado:

Resultado	Quantidade
Votos em Rosangela Correa	05
Votos em Thiago Catalani de Paula	03
Votos em branco	01
Votos Nulos	02

Ao final, foram proclamados a Conselheira Rosangela Correa (Rose) como Secretária, e o Conselheiro Thiago Catalani de Paula como Secretário-Adjunto da Mesa Diretora.

Durante todo o processo de votação, os dois munícipes convidados, Adriano e João, acompanharam os trabalhos e participaram da fiscalização da apuração dos votos. Finalizada a votação, Adriano conferiu pessoalmente a existência de 11 (onze) cédulas, em número correspondente ao total de Conselheiros presentes. Concluída a apuração, foi proclamado o seguinte resultado:

6. PROPOSTA DE GRUPO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

Na sequência, passou-se à definição dos grupos temáticos e, especificamente, à proposta de criação de um Grupo de Monitoramento e Acompanhamento de Obras. O Coordenador Ivani Rosente solicitou que a Conselheira Rosangela Correa apresentasse o documento previamente encaminhado aos Conselheiros por e-mail.

Rosangela Correa (Rose) esclareceu que o texto por ela elaborado tratava especificamente do monitoramento de obras e procedeu à leitura e explicação da proposta, deixando claro que se tratava de documento aberto a sugestões, ajustes e deliberação colegiada.

6.1. Conteúdo da proposta apresentada por Rosangela Correa (Rose)

A proposta de monitoramento foi apresentada com os seguintes elementos, mantendo-se sua estrutura para posterior aperfeiçoamento:

Apresentação e organização das demandas: as demandas do Orçamento Cidadão poderiam ser apresentadas em audiência pública ou no portal oficial, observadas as regras mencionadas durante a reunião como constantes da Portaria SEPLAN no 6/2026. Também poderiam ser apresentadas demandas nas reuniões ordinárias, cabendo ao Conselho orientar os munícipes quanto ao canal adequado, ao portal pertinente, ao ciclo participativo, ao Orçamento Cidadão ou à necessidade de encaminhamento direto à Subprefeitura. Munícipes e Conselheiros poderiam descrever necessidades e problemas da região para avaliação técnica e eventual execução, inclusive mediante recursos remanescentes, quando jurídica e financeiramente possível.

Objetivo principal: monitorar o andamento físico e financeiro das obras, identificar possíveis inconformidades e propor ações corretivas de forma preventiva e proativa.

Escopo: acompanhar as obras aprovadas com recursos do Orçamento Cidadão, considerando prazos, valores, qualidade, conformidade com o projeto, execução física e informações financeiras.

Composição sugerida: previu-se, em caráter inicial e sujeito a alteração, a existência de um “administrador” e de um “assistente” do grupo. O administrador seria responsável por solicitar informações à interlocução ou à pessoa indicada pela Subprefeitura, consolidar os dados e apresentá-los ao Pleno e à população. O assistente organizaria relatórios de visitas e registros fotográficos. Todos os Conselheiros titulares poderiam participar das verificações, apresentar observações e propor providências.

Fluxo de trabalho: realização de monitoramento físico in loco, coleta de dados, visitas periódicas, aplicação de checklist, registros fotográficos, comparação entre o planejado e o executado, verificação de prazos, validade, qualidade e conformidade, bem como elaboração de relatórios pelos Conselheiros após as visitas.

Coleta e circulação das informações: as informações sobre o status das obras seriam solicitadas à interlocução ou à unidade indicada pela Subprefeitura. Após as visitas, os dados e as possíveis inconformidades seriam encaminhados ao Coordenador do CPM e, posteriormente, organizados em relatório para envio à interlocução, com a finalidade de contribuir para a fiscalização administrativa e a correção de problemas.

Regras para visitação: os Conselheiros titulares poderiam realizar visitas individualmente ou em conjunto, mediante prévia solicitação e/ou agendamento junto à Subprefeitura. A solicitação deveria tramitar pela Coordenação do CPM, respeitando-se as regras de acesso, segurança e interlocução institucional.

Reuniões e devolutivas: poderiam ser realizadas reuniões ordinárias ou extraordinárias para discutir desvios, ações corretivas e apresentar ao Pleno e à população a situação atualizada das obras.

Finalização e inauguração das obras: deveria ser solicitada à Subprefeitura a previsão de término, a data de inauguração ou reinauguração e o convite institucional ao CPM, permitindo a presença dos Conselheiros e a representação do Conselho. Também foi proposta a verificação, antes da entrega, da correspondência entre a obra e o projeto, bem como da existência de eventuais pendências.

Finalidade prática e programação territorial: a Conselheira Rosangela Correa explicou que o grupo permitiria reunir informações, acompanhar alterações dos fatos e fornecer devolutivas claras aos Conselheiros e aos munícipes. Citou a necessidade de saber quando determinadas obras ou intervenções seriam iniciadas, inclusive em locais utilizados para eventos, a fim de permitir o planejamento das atividades da comunidade.

6.2. Debate, ressalvas e votação da proposta

O Coordenador Ivani Rosente manifestou discordância quanto à possibilidade de um "administrador" do grupo buscar informações diretamente, entendendo que a relação com a Subprefeitura e com a interlocução deveria permanecer sob a responsabilidade da Coordenação do CPM. Ressaltou que nenhuma pessoa ou grupo poderia ultrapassar as instâncias institucionais e que os pedidos e as visitas deveriam ser formalizados pela Coordenação.

A Conselheira Alaide Silva (Lala) afirmou respeitar a posição do Coordenador Ivani Rosente e explicou que a intenção da proposta não era substituir ou sobrepor-se à Coordenação, mas estruturar o trabalho coletivo. Ivani Rosente reconheceu como adequada a explicação apresentada.

A Conselheira Sueli Jacondino solicitou contribuições da Conselheira Alaide Silva (Lala) e do munícipe Dr. Osmar Lemes em relação ao projeto Monitoramento e de Grupos Temáticos. Na sequência, a Conselheira Alaide Silva (Lala) perguntou diretamente ao Pleno se todos haviam compreendido a proposta e se concordavam com sua implementação.

Para finalizar, o Coordenador Ivani Rosente submeteu à votação o assunto referente ao grupo de monitoramento, sendo registradas as seguintes manifestações nominais:

Conselheiro(a)	Manifestação
Ivani de Oliveira Rosente	NÃO
Rogerio Bueno de Lima	SIM, com ressalva e necessidade de leitura mais detida
Francisco Castro Rodrigues	SIM, com ressalva
Alaide Pereira da Silva (Lalá)	SIM, com ressalva
Willian Amâncio dos Santos	SIM, com ressalva
Thiago Catalani de Paula	SIM, com ressalva
Catia Alves da Silva	NÃO
Deyse Flavia do Nascimento	NÃO
Rosangela Correa (Rose)	SIM, com ressalva
Erica dos Santos	SIM, com ressalva
Sueli Jacondino de Oliveira	SIM, com ressalva

Ao final, o Coordenador Ivani Rosente declarou a proposta aprovada com ressalvas, ficando definido que a integra da proposta, seria encaminhada por e-mail a todos os Conselheiros para leitura, ajustes de redação e definição mais precisa da composição, das atribuições e do fluxo institucional do grupo.

7. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL DO CPM NAS INAUGURAÇÕES E REINAUGURAÇÕES

A Conselheira Sueli Jacondino abordou a necessidade de estabelecer uma sistemática institucional para o acompanhamento das obras indicadas pelo CPM. Relatou ter acompanhado as inaugurações da Quadra do Espaço Figueiras e da Praça Emma Nothmann e afirmou ter sentido falta de informações claras à população sobre o papel do Conselho Participativo Municipal e sobre a origem participativa das obras.

Defendeu que a população compreenda o funcionamento do Orçamento Cidadão, e reconheça que a participação popular produz resultados concretos e identifique o CPM como instância relevante na indicação e no acompanhamento das intervenções.

A Conselheira Sueli Jacondino observou que, nas inaugurações mencionadas, prevaleceram manifestações de caráter político e administrativo, sem convite institucional e sem espaço adequado para pronunciamento dos Conselheiros em nome do CPM. Propôs, por isso, que a Subprefeitura fosse formalmente oficiada para comunicar, com antecedência, as datas de inauguração e reinauguração, convidar oficialmente o Conselho Participativo Municipal de Vila Prudente e Parque São Lucas e assegurar oportunidade de fala ao Conselho, a fim de explicar para a população a atuação do CPM e do Orçamento Cidadão.

O munícipe Dr. Osmar Lemes complementou que as inaugurações das obras relacionadas ao CPM assumiram caráter político e que o Conselho não teria sido devidamente chamado a participar. O Coordenador Ivani Rosente submeteu ao Pleno a proposta de expedição de ofício à Subprefeitura.

Conselheiro(a)	Manifestação
Sueli Jacondino de Oliveira	SIM
Willian Amâncio dos Santos	SIM
Rosangela Correa (Rose)	SIM
Thiago Catalani de Paula	SIM
Alaide Pereira da Silva (Lalá)	SIM
Catia Alves da Silva	NÃO
Rogerio Bueno de Lima	NÃO

Deyse Flavia do Nascimento	NÃO
Francisco Castro Rodrigues	SIM
Erica dos Santos	SIM
Ivani de Oliveira Rosente	NÃO

Assim, com 07 (sete) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários, a proposta foi considerada aprovada para encaminhamento de ofício à Subprefeitura.

8. FORMAÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS

A Conselheira Sueli Jacondino defendeu a efetiva formação de Grupos Temáticos, considerando o tempo útil restante da atual gestão e a necessidade de distribuir responsabilidades, aprofundar estudos e apresentar devolutivas qualificadas nas reuniões ordinárias ou extraordinárias. Foram sugeridos, entre outros, os temas de saúde, esporte, meio ambiente, drenagem e prevenção de enchentes, zeladoria e assistência social.

A Conselheira Sueli Jacondino destacou que a organização por temas evitaria que os assuntos permanecessem dispersos no Pleno e permitiria que os Conselheiros interessados se dedicassem a cada área, dialogassem com a interlocução, as Secretarias, os órgãos competentes e outros conselhos setoriais. Também mencionou a importância de fortalecer a atuação conjunta entre o CPM e os demais conselhos do território.

No tema da assistência social, foi relatada a necessidade de aprofundar a análise dos critérios de distribuição de recursos e das estatísticas territoriais, inclusive diante do crescimento populacional e da possibilidade de subdimensionamento dos dados do Cadastro Único. Foi sugerida a participação de Conselheiros com experiência na área, entre eles Deyse Flavia do Nascimento e Ivani Rosente, sem prejuízo da adesão dos demais interessados.

A Conselheira Alaide Silva (Lala) relembrou que tentativas de implantação de Grupos Temáticos em gestões anteriores enfrentaram dificuldades e não chegaram a funcionar de forma contínua. Defendeu, porém, que o atual Conselho deveria iniciar o trabalho e aprender com a prática.

Quanto ao tema da drenagem, ressaltou que a matéria precisa ser acompanhada continuadamente, durante os doze meses do ano, com ações de conscientização da população sobre o descarte irregular de resíduos, a obstrução dos sistemas de escoamento e o agravamento dos alagamentos no território.

Após as manifestações, foi registrada a aprovação da formação dos Grupos Temáticos por 10 (dez) Conselheiros, ficando a composição, a coordenação de cada grupo, o plano de trabalho e a periodicidade das devolutivas para definição em ato posterior, mediante manifestação dos interessados.

9. MANIFESTAÇÕES SOBRE AUTONOMIA, TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA

O munícipe Dr. Osmar Lemes relatou sua experiência como ex-Conselheiro Participativo e afirmou que, em gestões anteriores, os Conselheiros tinham acesso aos processos e realizavam trabalho de fiscalização e acompanhamento de forma contundente. Defendeu que o CPM seja reconhecido, disponha de informações suficientes e preserve sua autonomia, sem interferência indevida da Administração em suas deliberações.

Também enfatizou a necessidade de transparência, de respeito às manifestações técnicas e jurídicas e de consideração das experiências individuais dos Conselheiros, inclusive em temas como obras, planejamento urbano, verticalização e crescimento populacional. Registrou que as divergências podem ser apresentadas de forma técnica e respeitosa, sem personalização dos debates.

Ao tratar do acompanhamento de obras, Dr. Osmar Lemes lembrou que o CPM possui função de fiscalização social, mas advertiu para a necessidade de bom senso e de observância das condições de segurança, especialmente para evitar que os Conselheiros ingressem em áreas de obra com risco à integridade física. Pediu transparência e reconhecimento institucional dos Conselheiros. Também mencionou episódio ocorrido em tentativa frustrada de monitoramento na Praça Emma Nothmann, do CPMVP em conjunto com o CADESVP.

Ivani Rosente afirmou concordar com as ponderações relativas à segurança e à transparência. Manifestou-se sobre críticas de que esconderia informações, esclarecendo que conhece os riscos existentes nas obras e que sua atuação buscou preservar o fluxo institucional. Ao final de sua manifestação, agradeceu pelo período em que exerceu a Coordenação.

10. DEMANDAS, OBRAS E EQUIPAMENTOS DO TERRITÓRIO

10.1. Praça Emma Nothmann — acompanhamento pós-obra, garantias, segurança e jardinagem

A Conselheira Sueli Jacondino relatou a situação da Praça Emma Nothmann e as questões observadas após a entrega da obra. O Coordenador Ivani Rosente, o munícipe Dr. Osmar Lemes e as Conselheiras Sueli e Alaide Silva (Lala) discutiram detalhes relativos à execução, à fiscalização, às inconformidades e aos itens possivelmente abrangidos pela garantia contratual.

Foi defendido o encaminhamento de ofício para esclarecer como a Subprefeitura está tratando os itens em garantia, quais providências foram solicitadas à empresa executora e como está sendo realizada a fiscalização técnica.

Durante a discussão, foi observado que a empresa contratada teria realizado tentativas de correção em determinados pontos, mas que a execução depende das orientações e das soluções definidas pela área de engenharia. Foram mencionados, entre outros assuntos, aspectos da malha da cancha de bocha e a necessidade de compreender tecnicamente por que determinados problemas persistem, de modo a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos em equipamento de destaque no território.

O Coordenador Ivani Rosente sugeriu que a Praça Emma Nothmann fosse formalmente incluída como demanda de acompanhamento. Também foi tratada a segurança na Vila Ema e a ocorrência de situação de assédio contra agentes da Guarda Civil Metropolitana — GCM, fato que motivou a sugestão de reforço do monitoramento no local.

Discutiu-se a possibilidade de solicitar a instalação de câmera Smart Sampa capaz de abranger a Praça Emma Nothmann, diante de relatos de atos de vandalismo, subtração ou uso inadequado do espaço.

A Conselheira Sueli Jacondino de Oliveira também solicitou esclarecimentos sobre a jardinagem da Praça Emma Nothmann, considerando o valor do projeto

aprovado, o que foi efetivamente entregue, o destino do processo ou serviço correspondente e as providências previstas para manutenção e correção dos pontos identificados.

10.2. Parque Lydia Natalízio Diogo — Parque Ecológico

O munícipe Dr. Osmar Lemes comunicou a existência de Campanha de Vacinação no Parque Lydia Natalízio Diogo — Parque Ecológico, mencionando atendimento nos dias 20, 22 e 24/07 das 10 as 16 horas , realizado por equipe composta por 4 a 5 profissionais de UBS de referência do território.

10.3. Praça Dominguinhos — complementação da obra e atendimento às pessoas idosas

A Conselheira Rosangela Correa (Rose) apresentou a situação da Praça Dominguinhos, cuja intervenção já havia sido indicada em ciclo anterior do Orçamento Cidadão e se encontrava em execução. Relatou-se que a proposta reapresentada para o Orçamento Cidadão de 2027 precisou ser retirada ou não pôde prosseguir porque o local já havia sido contemplado e a obra ainda estava em andamento.

A demanda discutida consistiria em uma complementação da intervenção, especialmente mediante a criação de uma área de cobertura leve, pergolado, ripado, assentos ou estrutura semelhante, destinada ao uso de aproximadamente 90 (noventa) pessoas idosas que realizam exercícios no local em razão da insuficiência de espaço na UBS. Também foram mencionados o uso do espaço por adolescentes e a organização de áreas de convivência e destinadas a animais de estimação. Houveram fatos também relatados pela Conselheira Catia Alves, que apoia a proposta de intervenção complementar.

Os Conselheiros debateram a importância da proposta, considerando que cerca de 90 pessoas idosas utilizam o local, além dos munícipes atendidos pela UBS. Por essa razão, discutiram a possibilidade de utilização de saldo remanescente da própria obra ou de outras dotações disponíveis, desde que técnica e juridicamente viável.

Foi sugerida a solicitação de vistoria ao Engenheiro Lucas Farah, com análise do projeto existente, estimativa de custo e esclarecimento sobre a possibilidade de aditamento ou complementação antes da conclusão da obra, evitando que eventual impedimento temporal posterior inviabilize a melhoria solicitada.

10.4. Saldo remanescente de obras

O Coordenador Ivani Rosente questionou sobre a disponibilidade da divulgação dos saldos remanescente das obras solicitado anteriormente.

O interlocutor Douglas Félix informou que a análise ainda não havia sido concluída e que o Engenheiro Lucas Farah, estava verificando a questão, comprometendo-se a buscar informações atualizadas e a informá-las ao CPM.

O interlocutor Douglas Félix citou a obra “Córrego Águas Vermelhas”, assunto que passa a ser debatido com a Conselheira Alaíde (Lala).

O Coordenador Ivani Rosente, pede para que seja registrado em ata, que seja efetuado o encaminhamento de solicitação, para esclarecimentos, conforme as orientações prestadas pelo interlocutor Douglas Félix, para a obtenção de informações técnicas sobre a obra Águas Vermelhas, o estágio da análise, a planilha pertinente e a existência, destinação ou possibilidade de utilização de saldo remanescente.

11. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar na pauta do dia, o Coordenador Ivani Rosente agradeceu a presença e participação de todos, declarou encerrada a reunião

E, para constar, eu, Deyse Flavia do Nascimento, Conselheira e Secretária, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos conselheiros.

gov.br Documento assinado digitalmente
SUELI JACONDINO DE OLIVEIRA
Data: 24/07/2026 11:21:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
ERICA DOS SANTOS
Data: 24/07/2026 12:40:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
THIAGO CATALANI DE PAULA
Data: 24/07/2026 13:29:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSANGELA ALVES CORREA
Data: 24/07/2026 13:38:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
WILIAN AMANCIO DOS SANTOS
Data: 24/07/2026 15:43:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
ROGERIO BUENO DE LIMA
Data: 26/07/2026 11:01:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
IVANI DE OLIVEIRA ROSENTE
Data: 26/07/2026 14:37:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br